

A GAZETA

# Economia

Vitória (ES), domingo  
20 de fevereiro de 2005  
Editora: Elaine Silva  
ecferreira@redegazeta.com.br  
Tel.: 3321-8327

ROYALTIES MINISTÉRIO PÚBLICO ALERTA PARA MÁ APLICAÇÃO

## Falta de controle é risco para dinheiro do petróleo

Recursos que deveriam ser aplicados em infra-estrutura têm outras finalidades

DENISE ZANDONADI,  
ROSÂNGELA VENTURI E  
SANDRA PACHECO

Transformado nos últimos dois anos na principal província petrolífera do país, o Espírito Santo deverá receber, a partir de 2006, mais de US\$ 150 milhões por ano a título de royalties. As cidades capixabas, no entanto, correm o risco de ver o dinheiro do petróleo ir pelo ralo pela aplicação inadequada dos recursos.

Um exemplo é o município de Presidente Kennedy, que em 2004 deu um salto na receita de royalties, fechando o ano com R\$ 9 milhões. Com um dos piores Índice de De-

que o dinheiro dos royalties vem sendo utilizado em melhorias no setor agrícola, ainda a principal atividade econômica do município. "Adquirimos tratores para o uso no preparo do solo com custo baixo e melhoramos estradas". Explicou que tem dado especial atenção à educação e saúde com a construção de postos e escolas.

Ele reconheceu que muitos não concordam com os gastos feitos com a contratação de bandas. "Mas, se não tivermos atrações, como vamos atrair turistas e interessados em morar aqui? Não adianta fazer estrada e asfaltar rua se não tiver gente para morar e investir", afirma ele.

**Ivete Sangalo.** Para o próximo verão, ele planeja gastar mais de R\$ 1 milhão com atrações. Este ano ele gastou mais de R\$ 300 mil com trios, bandas e prova de motocross. Foram R\$ 155 mil só com os dois trios. O dinheiro quase daria



petróleo do país, o Espírito Santo deverá receber, a partir de 2006, mais de US\$ 150 milhões por ano a título de royalties. As cidades capixabas, no entanto, correm o risco de ver o dinheiro do petróleo ir pelo ralo pela aplicação inadequada dos recursos.

Um exemplo é o município de Presidente Kennedy, que em 2004 deu um salto na receita de royalties, fechando o ano com R\$ 9 milhões. Com um dos piores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, a cidade investiu pouco em calçamento de ruas, novas escolas, ações sociais e postos de saúde, na opinião dos moradores, mas gastou, em janeiro e fevereiro, mais R\$ 300 mil com trios elétricos e bandas.

A aplicação incorreta do dinheiro dos royalties – que deve priorizar obras de infra-estrutura – preocupa o Ministério Público Estadual. O Tribunal de Contas do Estado, responsável por fiscalizar os royalties desde 2003, afirma que será mais rigoroso, com punição para quem não der a destinação adequada ao dinheiro.

Na avaliação do prefeito Aluísio Carlos Correa, que se reelegeu para mais quatro anos, os recursos gastos com trios e bandas também são importantes. Correa disse

atrair turistas e interessados em morar aqui? Não adianta fazer estrada e asfaltar rua se não tiver gente para morar e investir”, afirma ele.

**Ivete Sangalo.** Para o próximo verão, ele planeja gastar mais de R\$ 1 milhão com atrações. Este ano ele gastou mais de R\$ 300 mil com trios, bandas e prova de motocross. Foram R\$ 155 mil só com os dois trios. O dinheiro quase daria para contratar um show da Ivete Sangalo. Também daria para contratar a presença do trio Madeirada, da cantora baiana, por 15 dias.

Só para se ter uma idéia, em Guriri, São Mateus, que tem o carnaval mais agitado do Estado, para contratar duas bandas foram gastos R\$ 80 mil e dois trios elétricos outros R\$ 36 mil. Todas as atrações do carnaval custaram à prefeitura R\$ 225 mil.

O TCES fará, em 2005, punições para o uso indevido. Em 2003, foi dada orientação para os prefeitos, mas neste ano, as aplicações indevidas serão punidas, segundo o técnico TCES, Gilberto Luchi. Desde abril de 2003, a atribuição de fiscalizar o gasto dos royalties do Tribunal de Contas da União para os Estados e municípios.

## ANÁLISE

Tânia Mara Cursino Villela

# Uso em investimento

Os municípios que se beneficiam do repasse de royalties devem estar atentos à aplicação dos recursos. O mais indicado é que apliquem o dinheiro em investimentos, principalmente em infra-estrutura e em projetos que possibilitem criação de emprego e geração de renda, além de obras que melhorem o patrimônio. Os prefeitos precisam ficar atentos, porém, porque depois de investir estes recursos em infra-estrutura, passarão a ter despesas correntes de custeio com estas obras em funcionamento. Como os royalties não podem ser usados para o pagamento destas despesas correntes, ou seja, com o pagamento dos gastos com a manutenção destes equipamentos, os administradores municipais devem ficar atentos para a reserva de receita que garantirá o funcionamento de escolas, postos de saúde, hospitais e manutenção de estradas. Como o petróleo vai acabar e o repasse do royalty também, prefeitos devem planejar estes gastos com melhoria da estrutura física da cidade e ampliação do patrimônio. Os municípios capixabas destinaram 13% da receita total para investimentos em obras de todo tipo, em 2003. Este é um índice baixo, daí a necessidade de garantir o royalty para infra-estrutura. Mas é preciso lembrar que 2003 foi um ano de poucos investimentos.

**Tânia Mara Cursino Villela** Economista e editora da revista Finanças dos Municípios Capixabas



**PRAIAS DESERTAS.** Na foto do alto, a Praia de Marobá, a mais nova do município de Presidente Kennedy, que tem pouca infra-estrutura, mas recebeu um trio elétrico de R\$ 75 mil. Na foto acima, a outra praia da cidade, a conhecida Praia das Neves, que recebeu muita gente no verão, mas que ainda tem poucos recursos para oferecer ao turista. FOTOS: RICARDO MEDEIROS

## Royalties não trazem mais infra-estrutura

### Moradores de Presidente Kennedy não vêem retorno de recursos do petróleo

**CACHOEIRO.** Enquanto a maioria dos municípios do Sul do Estado precisa criar alternativas para aumentar a receita, em Presidente Kennedy o repasse dos royalties do petróleo garante cada vez mais dinheiro em caixa.

Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o município capixaba recebeu, em 2004, cerca de R\$ 9 milhões. O incremento na receita, contudo, ainda não conseguiu reverter o quadro de estagnação econômica registrado na região.

Presidente Kennedy tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado e faz parte do bolsão de pobreza da bacia do rio Itabapoana, citada inclusive em um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU). No município, faltam empregos e também qualificação profissional para a maioria dos moradores.

Se na sede os problemas de infra-estrutura ainda não foram resolvidos, nos balneários de Marobá e Praia das Neves, distantes cerca de 30 quilômetros da área urbana da cidade, a situação não é

muito diferente.

O município tem 16 quilômetros de praias, mas o acesso é por estrada de chão. Marobá é a mais freqüentada delas. Neste verão, tanto Marobá como Praia das Neves ganharam programação especial de carnaval com trios elétricos e bandas nos finais de semana.

As apresentações começaram na segunda semana de janeiro e se estenderam até o carnaval. Entre as atrações que animaram os balneários estão bandas regionais como Beijo com Mel, Frutos Tropicais e Auge.

**Investimento.** Os moradores aprovaram a programação, mas defendem mais investimentos para o litoral. Augusto Sarlo, 43, administra loteamentos na Praia das Neves. “Diversão é importante, claro. Mas é preciso cuidar mais daqui. Precisamos de posto médico, melhoria na coleta de lixo e na limpeza, sem contar de estrada pavimentada”, disse.

O comerciante Bartolomeu Barboza Gomes, 30, tem a mesma opinião. Ele administra um restaurante em sociedade com o irmão na praia de Marobá. “Foi um dos melhores verões dos últimos tempos. Deu muita gente por aqui. As bandas animaram bem, mas temos que ser lembrados no resto do ano também”.

## COMO FUNCIONA

■ **Cálculo.** Os royalties repassados para Estados e municípios são calculados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a partir da legislação específica. O repasse é regulamentado pelas leis federais 7.990/89; 9.478/97; e 10.195/01, além de dois decretos: 2.705/98 e Decreto número 1/91.

■ **Definição.** Esta legislação determina que estes recursos podem ser aplicados em infra-estrutura e investimento, mas não define setores ou segmentos específicos.

■ **Gastos.** O dinheiro pode ser usado para quitar dívidas de municípios e Estados com a União e para capitalizar regimes de previdência das prefeituras e Estados.

■ **Não pode.** As leis são mais claras em relação ao que não deve ser feito com os royalties. O dinheiro não pode ser gasto com despesas correntes, ou seja, com custeio. Não podem ser usados para pagamento de pessoal permanente e para operações de crédito.

■ **Base.** Os administradores municipais e estaduais não podem usar os royalties para compor a base de cálculo dos gastos com educação (25% da receita total) e com saúde (15%).

## Recurso garantiu reeleição de prefeito

### FELIPE QUINTINO

Eleito para seu segundo mandato consecutivo à frente da Prefeitura de Presidente Kennedy, Aluísio Correa (PL) por pouco não ficou de fora do Executivo municipal. É que, uma semana antes das eleições de outubro, ele teve a candidatura impugnada pela Justiça Eleitoral.

A impugnação se deu a partir da acusação do Ministério Público Estadual (MPES) de que o prefeito teria distribuído cestas básicas a famílias carentes do município com fins eleitorais. O MPES chegou a apreender algumas dessas cestas dois meses antes das eleições.

Mesmo com o registro da candidatura impugnado, entretanto, Correa disputou a reeleição, e obteve 3.497 votos. O segundo colocado na disputa, Daniel Vantil (PMDB), obteve 3.124 votos. Embora tenha conseguido a maioria dos votos, entretanto, o resultado oficial apontou Daniel Vantil como o prefeito eleito.

Mas em meados de outubro, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) tomou decisão favorável ao registro de Correa, e ele acabou conseguindo garantir a diplomação.